

A SEGUNDA CRISE DA TEORIA ECONÓMICA (1)

Daniel Bessa (*)

1 — A segunda crise da teoria económica

O trabalho que vamos desenvolver propõe-se constituir um comentário e conjunto de reflexões em torno de uma comunicação de Joan Robinson, em que a autora se debruça sobre aquilo que designa de uma crise (a segunda, da Teoria Económica). Ora, é precisamente sobre o conceito de crise que começaremos por fazer incidir a nossa atenção.

Numa abordagem preliminar, o termo evocaria realidades como perturbação, desmoronamento, ruptura, que, de acordo com os raciocínios mecânicos que tão frequentemente povoam o nosso senso comum, haveriam de constituir o contrário de qualquer coisa como normalidade, continuidade, ausência de transformação, pelo menos violenta.

Aparentemente, mas só aparentemente, tudo seria simples. Bem cedo, porém, Joan Robinson se encarrega de nos precaver contra semelhante oposição: sustentando que «não existe nada que se assemelhe a um período normal na história. A normalidade é uma ficção dos livros de economia» (p. 3) e que «o mundo não existe em estado de normalidade» (p. 3), Joan Robinson, esvaziando de conteúdo a noção de normalidade, de algum modo problematiza, quando não esvazia também de conteúdo, a própria noção de crise.

Consideramos, a este respeito, particularmente felizes as observações de Poulantzas (2). Referindo-se concretamente à crise económica (mas o raciocínio parece-nos aplicável por inteiro à crise da teoria, de que continuaremos a ocupar-nos), Poulantzas bate-se contra a concepção da «crise como momento ou instante 'disfuncional' que rompe, de maneira súbita, não por um golpe de destino, o funcionamento, aliás harmonioso, do 'sistema', momento forçosamente sempre passageiro (um mau momento a passar) até ao estabelecimento necessário do 'equilíbrio'». Pelo contrário, e

(*) Assistente da Faculdade de Economia do Porto. O autor agradece ao Prof. Francisco Pereira de Moura as observações e sugestões a uma primeira versão do trabalho, permanecendo, naturalmente, responsável pelas ideias apresentadas.

(1) Comentário e reflexões em torno de «The Second Crisis of Economic Theory», comunicação de Joan Robinson ao *American Association Meeting*, New Orleans, 27 de Dezembro de 1971; 1978, pp. 1-13.

(2) 1978, pp. 18-19.

ainda em seu entender, «as crises não constituem um momento accidental em que rebentam elementos anónimos ou heterogéneos ao funcionamento normal, aliás equilibrado e harmonioso, do sistema», e isto porque «os elementos genéricos de crise estão constantemente em acção».

Temos assim que nos devem merecer o maior cuidado determinadas oposições: crise/normalidade, em Joan Robinson; crise/equilíbrio, em Nicos Poulantzas. O princípio elementar da unidade dos contrários a tanto nos obriga.

Não fiquemos, entretanto, na confusão e na diluição aparentes. De novo com Poulantzas ⁽³⁾, «se é verdade que os *elementos genéricos de crise* estão presentes e em acção, permanentemente . . . deveríamos reservar a este conceito o campo de uma *situação particular de condensação das contradições*». A ser assim, embora haja que reconhecer a presença permanente de elementos de crise (destruindo pela base a possibilidade de existência de períodos normais ou de equilíbrio, pelo menos tal como o senso comum os entende), nem por isso o conceito de crise se esvazia de conteúdo: traduz não a presença daqueles mesmos elementos mas a ocorrência de períodos em que se manifestam de forma particularmente intensa e condensada, de modo a podermos encarar algo que configure uma transformação de quantidade em qualidade.

Esta a prevenção com que entendemos dever partir para o estudo da comunicação de Joan Robinson: não existem períodos de equilíbrio ou de normalidade, o que não exclui que, em determinados momentos, os elementos de crise possam intensificar-se, a ponto de criarem situações qualitativamente novas. É destes períodos particulares, entendidos nestes precisos termos genéricos e abstractos, que falaremos, ao aplicarmos o conceito de crise.

Pensamos, aliás, que, quanto mais nos afastarmos deste ponto de vista, maior será a probabilidade de integrarmos também a «multidão de economistas inúteis» (p. 1), esse «número muito maior de economistas que existem hoje e vão sofrer com a segunda crise, quando comparado com o número dos que havia para serem desacreditados pela primeira».

2 — A segunda crise

A verdade, porém, é que Joan Robinson não nos fala de uma crise da teoria qualquer. Pelo contrário, desde início que a qualifica como a segunda, embora se sinta imediatamente obrigada a precisar: «[...] é a segunda crise no período da nossa vida — houve outras antes.» (P. 1.)

Atentemos na data da comunicação, 27 de Dezembro de 1971, e confrontemo-la com outra das indicações fornecidas pela própria Joan Robin-

(3) 1978, pp. 19-20.

son: «O título desta conferência, a segunda crise da teoria económica, relaciona-se com a primeira crise — a grande depressão dos anos trinta.» (P. 1.)

Se tivermos em conta que os anos 1969-1971 conheceram precisamente uma crise económica significativa, sobretudo nos Estados Unidos, e se repararmos que Joan Robinson relaciona explicitamente a primeira (no período da sua vida) crise da teoria económica com a grande crise económica dos anos trinta, parece então indiscutível a presença, pelo menos implícita, de uma tese de fundo que faz das crises da teoria algo de concomitante, para já não dizermos um efeito das crises económicas (numa concepção mais lata e porventura mais rigorosa da própria crise económica, talvez pudéssemos até considerar a crise teórica como sua componente, lado a lado com a crise política, a crise ideológica e porventura outras).

De qualquer modo, parte constitutiva, efeito distinto, realidade meramente coexistente, parece haver laços indiscutíveis entre a crise da teoria, pelo menos tal como Joan Robinson a concebe, e a crise da «economia». Esta a razão que justifica a ligeiríssima digressão pela crise económica a que vamos proceder, tendo em vista uma melhor compreensão da própria crise teórica.

3 — A crise económica

Não há talvez realidade económica mais complexa do que a crise. Vimos já como Poulantzas se lhe refere enquanto «situação particular de condensação das contradições», com o que de algum modo se retoma a tese de Marx, de acordo com a qual, «periodicamente, o conflito dos factores antagónicos manifesta-se por crises. Estas são sempre soluções violentas e momentâneas das contradições existentes, violentas erupções que restabelecem por instantes o equilíbrio perturbado» ⁽⁴⁾.

Que factores antagónicos, que contradições?

Não basta, de facto, equacionar a crise como «situação particular de condensação das contradições»: trata-se de uma formulação geral óbvia, designadamente para quem se reivindique de um quadro metodológico que o leve a conceituar a sociedade, ela própria e por inteiro, como um tecido de contradições (ainda que identificáveis a níveis de abstracção diferenciados e com graus de importância analítica também distintos). Como não bastará perguntar que contradições: será indispensável identificar a contradição principal do ponto de vista que nos ocupa, o do estudo das crises.

É certo que Marx já nos havia dado um século atrás um princípio de resposta: «A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital.» ⁽⁵⁾ Mas esta é uma verdade suprema que, como todas as verdades supremas, tem o inconveniente de nada explicar, excepto que não pode ser

⁽⁴⁾ 1974, p. 321 do volume II.

⁽⁵⁾ 1974, p. 322 do volume II.

ignorada em qualquer explicação. O capital é, de certo modo, a síntese de todos os «factores antagónicos», de todas as «contradições», noutros termos, o capital é sempre a contradição fundamental, formulada ao mais alto nível de abstracção. Questão será agora a de identificar, na estrutura de «contradições» e consequentes «barreiras da produção capitalista», em que o capital se desdobra, as que poderão estar, de forma mais imediata, na origem das chamadas crises económicas.

E aqui começam as nossas dificuldades: não temos sequer a certeza de que todas as crises consubstanciem os efeitos do desenvolvimento de um único leque de contradições, principal desse ponto de vista e a este menor nível de abstracção. Mas porque tal também não constitui nosso objectivo fundamental, voltaremos a acompanhar Poulantzas ⁽⁶⁾, agora na certeza de que se trata de uma abordagem manifestamente preliminar, eventualmente mesmo parcelar.

As crises funcionariam então como «purgas periódicas do capitalismo, isto é, como aplicação concentrada e 'selvagem' das contratendências para a baixa tendencial da taxa de lucro (desvalorização maciça de partes do capital constante, reestruturações permitindo a alta da produtividade do trabalho e da taxa de exploração, tudo coisas que elevam a taxa de lucro médio do capital social)» ⁽⁷⁾. Acabariam mesmo por preencher um papel orgânico na reprodução do capital, com o que se tornariam, «de alguma maneira, e de um certo ângulo, necessárias à própria sobrevivência e reprodução do capitalismo» (ao «restabelecimento, por instantes, do equilíbrio perturbado», diria Marx).

Não se trata, portanto, de interrupções do processo de acumulação decorrentes de eventuais razões de circunstância ou exógenas, mas de manifestações endógena e periodicamente determinadas pelas próprias leis (contradições) a que aquele se encontra submetido, designadamente a tendência decrescente da taxa de lucro. E embora nos repugne qualquer concepção funcionalista da crise, não custará admitir que acabem por desempenhar o referido «papel orgânico na própria reprodução do capital», que revitalizâm, melhor, poderão revitalizar, na precisa medida em que se constituírem em momentos de aplicação concentrada das correspondentes contratendências.

Seria aqui descabido entrar na identificação e estudo de todos os períodos de crise, discutir as eventuais especificidades de cada um e a questão da respectiva periodicidade. De acordo com Menchikov ⁽⁸⁾, por exemplo, ter-se-iam, verificado os seguintes: 1872-1875, 1883-1885, 1892-1894,

⁽⁶⁾ 1978, p. 18.

⁽⁷⁾ Ainda que num quadro teórico completamente distinto, esta formulação não deixa de ter alguns pontos de contacto com a chamada «teoria keynesiana» da crise, assente, no essencial, em carência de procura efectiva, determinada pela queda da eficiência marginal do capital.

⁽⁸⁾ 1976, p. 78.

1903-1904, 1906-1908, 1913-1914, 1920-1921, 1929-1932, 1937-1938, 1948-1949, 1953-1954, 1957-1958, 1960-1961, 1966-1967, 1969-1971, isto para só referir as chamadas «novas crises» ou «crises industriais», também ditas de «superprodução», e não incluindo ainda a crise mundial de 1974-1975 nem a recessão que se teria iniciado nos Estados Unidos em 1978.

De qualquer modo, e era a esta conclusão que nos propúnhamos concretamente chegar, trata-se de crises em excesso para ser a todas elas que se refere Joan Robinson quando fala, em 1971, da segunda.

De novo segundo Poulantzas ⁽⁹⁾, agora discutindo as relações entre crise económica e crise política (mas o mesmo se poderia afirmar, na generalidade, das relações entre crise económica e crise ideológica ou crise teórica), «uma crise económica não se traduz nem automaticamente, nem necessariamente, nem de maneira unívoca, em crise política e crise do Estado. E isto porque o político não é um simples reflexo ou expressão do económico: o Estado capitalista está marcado por uma 'separação' relativa para com o espaço das relações de produção, de acumulação do capital e de extracção da mais-valia (a economia)». Temos, portanto, que não é uma crise económica qualquer que há-de traduzir-se por uma crise política, como por uma crise teórica.

Onde então os pontos de articulação? Quais as crises económicas que se traduzem por crises teóricas e quais as que se não traduzem?

4 — Crise da economia e crise da teoria

Como a política, a teoria constitui, seguramente em medida não inferior, um «campo específico de estrutura organizativa própria» ⁽¹⁰⁾, donde decorre a impossibilidade de ligações de tipo mecanicista entre a economia e a teoria, entre a crise económica e a crise teórica. A mera atenção pelas chamadas «condições teóricas da prática teórica», lado a lado com as correspondentes «condições políticas (sociais)», bastaria para o sugerir.

Não nos é legítimo, portanto, ignorar a totalidade das determinantes da teoria. Mas haverá também (sobretudo?) que estabelecer uma distinção no próprio campo das crises económicas, que se nos afigura da maior importância para a questão em análise.

Na verdade, se há crises económicas que se saldaram por uma aplicação concentrada das contratendências à lei da baixa tendencial da taxa de lucro (destruição de capital, aumento geral da produtividade e da taxa de exploração), revitalizando um modelo de acumulação que, no essencial, se mantém, haverá que as distinguir de um outro tipo de crises, com dimensões muito para além das económico-financeiras atrás consideradas (da «purga», de que fala Poulantzas). A saída deste segundo tipo de crises con-

⁽⁹⁾ 1978, p. 22.

⁽¹⁰⁾ Poulantzas, 1978, p. 22.

substancia-se numa reestruturação do próprio modelo de acumulação e implica (íntegra) profundas alterações de ordem política, ideológica e mesmo teórica⁽¹¹⁾.

Não estamos, evidentemente, seguros da aplicabilidade linear desta distinção no campo das crises económicas. Tão-pouco temos por certo que às crises do segundo tipo correspondam mecanicamente as incidências políticas, ideológicas e teóricas que deixámos subentender. Correremos, entretanto, o risco de a tomar como hipótese de trabalho aceitável.

A ser assim, e não considerando o marxismo como uma crise da teoria económica [é-o, seguramente, mas num outro sentido, porventura mais externo, de oposição crítica ao próprio modo de produção⁽¹²⁾], nem querendo ver também na reacção utilitarista e seu prolongamento neoclássico uma crise (não restam dúvidas do retrocesso que determinou relativamente ao pensamento económico clássico, mas as suas motivações são uma vez mais de tipo diferente: reacção conservadora ao ataque externo produzido pela obra de Marx), parece-nos incontroversa a tese de que nos encontramos efectivamente numa segunda crise, residindo a primeira na ruptura keynesiana, em plena crise económica de 1929.

5 — A primeira crise da teoria económica.

São certamente múltiplos e diversificados os aspectos da primeira crise da teoria económica. Joan Robinson refere alguns:

«Keynes quebrou os compartimentos entre as teorias 'real' e 'monetária'. Mostrou como o dinheiro é um aspecto necessário de uma economia em que o futuro é incerto e demonstrou a parte que cabe às instituições monetárias e financeiras no funcionamento da economia 'real'» (p. 4);

«A verdadeira essência do seu problema era a incerteza. Partiu de um período curto, no sentido de Marshall. Aqui nos encontramos hoje com um dado *stock* de equipamento, qualificação do trabalho e organização empresarial que o passado produziu; as decisões são tomadas no presente com

(11) No quadro de uma problemática de algum modo distinta, De Bernis (1978, pp. 46-47) distingue «a crise que constitui um *elemento da regulação do capitalismo* e a crise que constitui uma *ruptura do processo de regulação do capitalismo*».

(12) São hoje indiscutíveis as ligações entre a «prática teórica» que o marxismo originariamente constituiu e as «condições sociais» (de classe, mas não só) de tal prática.

Num sentido mais restrito, entretanto, talvez pudéssemos ainda interrogarmo-nos sobre as ligações entre a «economia política» de Marx e o novo modelo de acumulação que, saído do longo período de crise dos anos 1840-1850, se teria imposto pelo menos até 1870. Quais, de facto, os laços entre as leis de desenvolvimento da sociedade capitalista formuladas por Marx n' *O Capital* (aumento da composição orgânica do capital; decréscimo tendencial da taxa de lucro; sobreprodução relativa; miséria crescente) e a passagem de um modelo de acumulação, anterior a 1840, assente no sector II (têxtil) a um modelo de acumulação, posterior a 1850, que tem como motrizes as indústrias do sector I (siderurgia, designadamente)?

Sobre a periodização adoptada, veja-se Amin, 1975, pp. 5-15.

base em expectativas sobre o futuro. A Treasury View de que o aforro determina o investimento é contrariada pela observação de que o investimento pode flutuar sob influência das expectativas, de modo que o rendimento e o emprego estão continuamente a ser conduzidos ao nível susceptível de produzir um aforro global *ex post* capaz de igualar o investimento» (p. 5);

«Sustentava que, numa dada situação de período curto, os planos de investimento são formulados à luz das expectativas de lucro. A oferta de financiamento tem uma influência sobre estes planos — dinheiro barato torna o investimento mais fácil. Em minha opinião, Keynes exagerou bastante a influência da taxa de juro, mas, de qualquer modo, era sempre à taxa de juro *confrontada* com o lucro esperado que se reconhecia essa influência. Se a economia estivesse sempre em equilíbrio, de qualquer modo, onde o lugar para as expectativas?» (P. 6).

Joan Robinson enuncia, portanto, já aqui, alguns dos principais aspectos da «revolução keynesiana»: a integração da moeda na economia «real» [«a teoria de uma economia monetária», no dizer feliz de Dudley Dillard ⁽¹³⁾]; a introdução das expectativas, da incerteza e até da irracionalidade; o efeito «real», sobre o próprio nível de actividade (e não, como até então, sobre o nível geral de preços e composição do produto), de variáveis como a oferta de moeda ⁽¹⁴⁾ e a taxa de juro.

Tudo isto é verdade e seguramente importante. Mas é ainda a mesma Joan Robinson, no momento em que se propõe estabelecer o contraste mais flagrante entre a primeira e a segunda crises da teoria económica, quem acaba por afirmar: «A primeira crise decorreu da falência de uma teoria que se mostrava incapaz de explicar o nível de emprego.» (P. 8.)

Mais concretamente, o keynesianismo teria vindo pôr termo ao dogma clássico de acordo com o qual «uma economia de empresa privada tende para o equilíbrio e não só para o equilíbrio mas para uma posição óptima. A perturbação era frequentemente causada pelos políticos curtos de vista e sob pressão de interesses particulares. Bastaria que estabelecessem o livre-cambismo, restaurassem o padrão-ouro, mantivessem os orçamentos equilibrados e permitissem o livre jogo das forças de mercado para que o equilíbrio se implantasse, para que tudo corresse pelo melhor no melhor dos mundos possíveis» (p. 3). Em resumo, o keynesianismo teria posto fim à tese de que a organização liberal da economia produziria por si uma tendência ao equilíbrio geral automático de pleno emprego.

Com um pouco mais de rigor talvez pudéssemos verificar que a crença no «equilíbrio geral automático de pleno emprego», em resultado da «organização liberal da economia», nunca teria sido, de facto, absoluta. Como

⁽¹³⁾ 1964.

⁽¹⁴⁾ Usamos este conceito no sentido keynesiano. Uma melhor integração da moeda no funcionamento da economia «real» talvez permitisse concluir por uma endogeneidade monetária, à luz da qual um conceito como o de oferta de moeda seria sobremaneira relativizado.

nota Joan Robinson: «Havia, evidentemente, notas de pé de página formulando reservas cautelosas. Nos mais altos escalões da profissão, por detrás do altar, pressentia-se uma atmosfera de algum modo agoirenta. Admitia-se aí que, em boa verdade, as coisas não se passavam como era afirmado. Mas os seus discípulos levavam-nos à letra. Formavam uma opinião oficial profundamente influenciada pela concepção de equilíbrio, que se poderia esperar ver estabelecer-se por si, desde que ninguém tentasse interferir.» (P. 3.)

Mas se é facto que, excepção feita aos discípulos, que entendem tudo «à letra», a confiança já não era total, não será menos evidente, como também afirma Joan Robinson, que «a doutrina de que há uma tendência natural à manutenção do equilíbrio com pleno emprego não poderia sobreviver à experiência do completo colapso da economia de mercado nos anos trinta» (pp. 3-4) ⁽¹⁵⁾.

Este, o do nível de emprego, o primeiro aspecto da primeira crise da teoria económica, que passaremos a analisar mais detalhadamente.

6 — A questão do nível de emprego: teoria e política

De acordo com o próprio Keynes, no último capítulo da *Teoria Geral* («Notas finais sobre a filosofia social a que a teoria geral pode conduzir») ⁽¹⁶⁾, «os dois vícios maiores do mundo económico em que vivemos são, primeiro, que o pleno emprego não está assegurado, segundo, que a repartição da riqueza e do rendimento é arbitrária e carece de equidade. A relação entre a teoria que nos precede e o primeiro destes vícios é evidente. Mas existem dois pontos importantes em que ela também diz respeito ao segundo».

Esqueçamos por instantes a questão da distribuição da riqueza e do rendimento para nos debruçarmos mais detalhadamente sobre o problema do nível de emprego. Não temos a menor dúvida de que o mesmo constituiu, de facto:

A preocupação central de Keynes (representava, pelo menos, em sua opinião, o primeiro dos vícios maiores do mundo económico que a seu tempo se vivia);

Um dos domínios que a teoria económica ortodoxa menos se mostrava capaz de equacionar, agarrada aos dogmas do

⁽¹⁵⁾ Caberá aqui, desde já, uma prevenção: talvez com intensidades menores, o capitalismo havia conhecido antes de 1929 várias outras crises, de que não resultou o colapso da teoria económica liberal nem da organização liberal da economia. Como adiante melhor se verá, talvez se não encontre tanto em questão o colapso da teoria como o deperecimento das condições sociais que aquela de algum modo exprimia e a que se adequavam as práticas políticas dela decorrentes.

⁽¹⁶⁾ 1975, p. 366.

equilíbrio geral automático produzido pela livre actuação das forças de mercado ⁽¹⁷⁾;

Um dos objectivos mais claramente prosseguidos pela generalidade das práticas políticas que se reclamaram do keynesianismo.

E assim nos vamos deslocando para o terreno da chamada política económica keynesiana, questão obviamente diferente da teoria económica de Keynes e mesmo das propostas políticas por ele formuladas na *Teoria Geral*.

Estamos de acordo com Joan Robinson quando sustenta que «os 25 anos após o termo da última guerra foram muito diferentes dos 20 anos que se sucederam ao termo da primeira. A noção de que cabe ao governo a manutenção de um nível de emprego elevado e estável constituía uma novidade» (p. 6). Mas que pretenderá significar a mesma Joan Robinson quando se não dispensa de nos alertar para o facto de que, «no pós-guerra, Keynes tornou-se, por sua vez, ortodoxo?» (P. 4.)

Aceite a demonstração de que o livre jogo das forças económicas não conduz ao pleno emprego automático, verificada a conclusão de que o investimento não é, de facto, determinado pelo aforro, através da livre actuação das mesmas forças, taxa de juro em particular, não terá sido muito difícil à ortodoxia recuperar, passando a colocar a questão em termos da necessidade de garantir administrativamente a identidade entre as duas variáveis: «determine-se qual possa ser o aforro de pleno emprego, na presente situação de período curto, com a presente distribuição da riqueza e a actual hierarquia de taxas de remuneração para as diferentes profissões, e arranje-se o investimento bastante para absorver o aforro que esta distribuição do rendimento determina. Assim nos reencontramos no mundo do equilíbrio, em que o aforro governa o investimento. . . » (P. 5.) ⁽¹⁸⁾. [Quanto às razões que terão levado a ortodoxia a aceitar tal demonstração e consequentes implicações, elas são por certo várias e complexas. Joan Robinson, uma vez mais, não deixa de lançar uma hipótese de interpretação: «Talvez a sua aceitação pela ortodoxia fosse sobretudo devida à verificação

(17) Encontram-se aqui sobretudo em causa a capacidade do salário como meio de assegurar o pleno emprego da força de trabalho e a capacidade da taxa de juro como meio de assegurar a igualdade ex-ante entre o aforro e o investimento.

Para já não questionamos a validade das próprias ligações funcionais pressupostas [emprego = f (salário); aforro = g (taxa de juro); investimento = h (taxa de juro)], certo é também que a flexibilidade das variáveis independentes, salário em particular, se terá visto significativamente reduzida.

(18) Talvez com um pouco mais de rigor, a questão reside concretamente em encontrar um gasto público ou incentivar um gasto privado (num e noutro caso, não necessariamente de investimento) susceptíveis de compensarem o aforro privado espontâneo, assim se garantindo a procura efectiva que é suposta proporcionar o pleno emprego.

de que o desemprego não ocorria nas economias planificadas. A empresa privada tinha de se justificar perante os seus próprios assalariados. Uma doutrina que prometia demonstrar como era possível fazê-lo teria de ser necessariamente bem-vinda.» (P. 6.)]

Este o modo como, em nossa opinião, se perdeu o que, também no entender de Joan Robinson, constituía uma das teses de maior relevância social e política na obra de Keynes: «Rejeitou a ideia de que pudéssemos esperar dos instrumentos monetários e fiscais o poder bastante para a manutenção da estabilidade; acreditava que seria necessário um controle social geral do investimento. Isto não ocorreu em nenhuma economia de empresa privada.» (P. 6.)

Vejamos o que afirma, a este respeito, o próprio Keynes ⁽¹⁹⁾: «Também pensamos que uma socialização suficientemente extensa do investimento se virá a revelar o único meio de assegurar aproximadamente o pleno emprego, o que não significa que se torne necessário eliminar todos os tipos de acordos e de compromissos que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada.» Trata-se de uma afirmação relativamente clara, cujo sentido se torna, porventura, mais rigoroso quando sustenta, logo de seguida: «Não foi ainda desenvolvida nenhuma argumentação convincente susceptível de justificar um socialismo de estado que abarque a maior parte da vida económica da sociedade.»

Convirá, no entanto, uma permanente cautela perante a obra de Keynes, bem mais dialéctica do que à primeira vista poderia parecer. O mesmo Keynes que pugna por uma «socialização suficientemente extensa do investimento» não se dispensa de advertir, agora num sentido já muito mais próximo daquele em que foi «recuperado» pela ortodoxia: «O alargamento das funções do Estado, decorrente da responsabilidade de ajustar a propensão a consumir e o incentivo a investir, pareceria a um político do século XIX ou a um financeiro americano da actualidade uma horrível infracção aos princípios do individualismo. Pelo contrário, este alargamento surge-nos como o único meio possível para evitar uma completa destruição das instituições económicas actuais e como condição para um exercício frutuoso da iniciativa individual.» ⁽²⁰⁾.

De qualquer modo, mesmo empenhado na defesa do essencial da ordem económica, social e política existente [«Se hei-de defender interesses parciais, defenderei os meus. Quando se trata de luta de classes, como tal, meu patriotismo local e pessoal... estarão com os meus afins. Posso sofrer a influência do que me parece ser a justiça e o bom senso, mas a luta de classes me encontrará do lado da burguesia educada» ⁽²¹⁾], Keynes

⁽¹⁹⁾ 1975, p. 371.

⁽²⁰⁾ 1975, p. 373.

⁽²¹⁾ Dillard, 1964, pp. 290-291.

parece ter formulado; de facto, propostas bem mais avançadas que as práticas políticas que dele se reivindicaram. Nem outro sentido poderia ter, por exemplo, a sua célebre «Carta Aberta a Franklin Roosevelt»⁽²²⁾:

Caro Sr. Presidente:

O senhor transformou-se no fideicomissário de todos quantos, em qualquer país, pretendem corrigir o que há de mal na nossa situação, recorrendo a experiências bem planeadas e dentro do quadro do sistema social existente.

Um insucesso seu será um grande obstáculo, em todo o mundo, a que se façam modificações racionais, e ficará aberta a porta à ortodoxia e à revolução.

Mas se vencer, novos e mais arrojados métodos serão ensaiados, e poderemos considerar a sua subida ao poder como a data em que se iniciou uma nova era económica.

Por mais indefinidas que se encontrem as propostas de Keynes, e haverá que o reconhecer, torna-se-nos difícil aceitar que as mesmas não tivessem bastante mais em vista que:

«Uma série de expedientes para tratar das recessões quando ocorressem» (p. 6), ou ameaçassem ocorrer;

«O complexo militar-industrial» (p. 9) que veio a instalar-se, talvez um pouco na sequência da verificação de que «a coisa mais conveniente para um governo aplicar o seu dinheiro são os armamentos» (p. 9), assim se concretizando a tese de que «Quando há desemprego e lucros baixos, o governo deve gastar numa coisa ou noutra — não interessa em quê» (pp. 8-9). Tese tanto mais tentadora quanto é certo ter já «a guerra constituído uma grande lição de keynesianismo [...]» (p. 8) [na primeira crise da teoria económica, como habitualmente, as soluções foram práticas, antes de teóricas: «Não encaro a revolução keynesiana como um grande triunfo intelectual. Pelo contrário, constitui uma tragédia o facto de ter ocorrido tão tarde. Hitler já tinha descoberto o modo de resolver o problema do desemprego antes de Keynes ter acabado de explicar as razões por que ocorria.» (P. 10.)]

Em resumo: podemos admitir o nível de emprego como a preocupação primeira de Keynes e mesmo como o objectivo central das suas propostas de política económica. Ser-nos-á entretanto muito mais difícil aceitar as práticas políticas subsequentes como a concretização do essencial dessas propostas. Elas entrocam, pelo contrário, em práticas passadas, tanto quanto numa recuperação pela ortodoxia da obra de Keynes, para que, haverá também que o não escamotear, o próprio terá sido o primeiro a contribuir, noutros passos do seu discurso.

⁽²²⁾ *Economica Lusitania*, n.º 1 da 2.ª série, p. 25.

Questão seria agora a de saber como é que, apesar de tudo, o pleno emprego pôde ser quase assegurado, de forma manifestamente aceitável, ao longo de todo o período de 25 anos que se seguiu ao termo da segunda Guerra Mundial:

Seriam as propostas de Keynes tão avançadas que se não tornou necessário aplicá-las integralmente, sequer no que continham de essencial, para que resultassem?

Serão as forças próprias da economia de mercado suficientemente poderosas para provocarem tal pleno emprego, independentemente, quando não mesmo apesar, da intervenção económica do Estado Keynesiano? ⁽²³⁾

Ou, finalmente, teremos de admitir que na base do sucesso alcançado estiveram de facto as virtualidades do sistema, não enquanto realidade estática, mas precisamente na sua capacidade para se transformar? A ser assim, o cerne da questão teria residido em modificações endogenamente produzidas pelo próprio modo de produção; a saída teria constituído uma criação colectiva, social, embora politicamente enquadrada, quando não mesmo implementada, de qualquer modo, com uma extensão muito superior às transformações abarcadas por Keynes e às práticas políticas sugeridas ou incentivadas pelas suas propostas teóricas.

Questão da maior relevância, esta, a que voltaremos um pouco adiante.

7 — A repartição da riqueza e do rendimento

Pensamos, entretanto, como, aliás, tivemos oportunidade de verificar, que é difícil caracterizar a primeira crise da teoria económica como dizendo exclusivamente respeito à questão do nível de emprego. De forma porventura mais hesitante e impotente, o facto é que Keynes soube reconhecer «o arbítrio e falta de equidade na repartição da riqueza e do rendimento» como o segundo vício marcante do mundo económico em que viveu.

⁽²³⁾ O texto seguinte de Milton Friedman (1959, p. 2), parece-nos a este respeito exemplar: «A Grande Depressão contribuiu em grande medida para instalar e reforçar a tese, hoje largamente aceite, de que a instabilidade inerente a uma economia de mercado privada fora a responsável pelos maiores períodos de perturbação económica experimentados nos Estados Unidos. Deste posto de vista, só um governo vigilante, compensando continuamente as vagas da economia privada, poderia impedir tais períodos de instabilidade. Tal como leio o passado histórico, tiro quase a conclusão oposta. Quase sempre, a maior instabilidade nos Estados Unidos foi produzida ou pelo menos significativamente intensificada pela instabilidade monetária. A instabilidade monetária, por sua vez, surgiu normalmente, quer da intervenção governamental, quer de controvérsias acerca de qual deveria ser a política monetária a seguir pelo governo . . . Talvez o aspecto mais notável de tudo isto resida na adaptabilidade e flexibilidade que a economia privada tão frequentemente demonstrou, submetida a tão extrema provocação.»

Joan Robinson sustenta, a este respeito, uma tese que temos a maior dificuldade em subscrever: «O próprio Keynes não estava muito interessado na teoria do valor e da distribuição» (p. 5); «Keynes é contra o desperdício, a estupidez e a pobreza desnecessária. Não está tão interessado em quem apropria o benefício de uma produção aumentada como em assegurar que ela efectivamente se verifique»⁽²⁴⁾. Mas, a ser só assim, se tudo se resumisse a uma questão de relativa falta de interesse, como compreender as preocupações de Keynes, já referidas?

Não faltam na *Teoria Geral* argumentos em favor da nossa tese: «Vimos, na verdade, que, enquanto o pleno emprego não estiver garantido, uma fraca propensão ao consumo não acelera de modo nenhum o crescimento do capital, mas, pelo contrário, entrava-o, só lhe sendo favorável numa situação de pleno emprego. Além disso, a experiência indica que, nas condições actuais, o aforro proveniente das instituições e dos fundos de amortização é mais do que suficiente; indica também que uma redistribuição do rendimento susceptível de aumentar a propensão ao consumo poderia favorecer de forma decisiva o crescimento do capital.»⁽²⁵⁾ E logo adiante: «A análise anterior conduz-nos, portanto, à conclusão de que, nas condições contemporâneas, o crescimento da riqueza, longe de depender da abstinência dos mais afortunados, como geralmente se crê, tem, pelo contrário, grandes possibilidades de ser contrariado por tal abstinência. Desaparece, assim, uma das principais justificações sociais para as grandes desigualdades na repartição da riqueza.»

Não nos parece poderem restar grandes dúvidas de que, mesmo em segundo lugar, a distribuição da riqueza e do rendimento constituía uma das principais preocupações de Keynes. Iremos até um pouco mais longe: o controle social do investimento e a redistribuição mais igualitária do rendimento constituem, em nosso entender, as componentes mais avançadas das propostas teóricas e políticas de Keynes, precisamente as que teriam sido aplicadas em menor medida no processo de recuperação pela ortodoxia de que foi objecto.

Mero aproveitamento oportunístico feito pela ortodoxia da obra de Keynes? Ou, pelo contrário, uma consequência previsível, inscrita na própria lógica do keynesianismo?

Seja como for, não cremos que a resposta possa ser encontrada na tese de Joan Robinson de que «o próprio Keynes não estava muito interessado na teoria do valor e da distribuição». O problema não será bem esse mas um outro, completamente diferente: o comprometimento explícito com a ordem social existente não poderia deixar de limitar o alcance prático das propostas mais avançadas formuladas por Keynes, de algum modo contraditórias com tal ordem social, no que tem de mais profundo.

⁽²⁴⁾ «Marx, Marshall and Keynes», artigo de 1955, 1978, p. 65.

⁽²⁵⁾ 1975, p. 366.

O controle social do investimento e a redistribuição da riqueza e do rendimento tornam-se assim, para além de determinados limites estreitos, propostas manifestamente voluntaristas, incompatíveis com os valores e a ordem de fundo que enquadram e limitam tanto a análise teórica como a prática política. Questão obviamente diferente da colocada pela utilização de um aparelho, o Estado, cuja relativa exterioridade pode ser facilmente aproveitada para o constituir em agente de despesa (política de gasto público e, em particular, de défice orçamental) ou factor impulsionador da despesa privada (políticas monetário-financeira e tributária, sobretudo).

Aceitar a necessidade de «modificações racionais» e de «experiências bem planeadas», é uma coisa; obrigar a que as mesmas tenham de ser feitas «dentro do quadro do sistema social existente», é obviamente outra; trata-se de uma imposição que determina limites objectivos à acção do «Estado — representante do interesse político a longo prazo do conjunto da burguesia»⁽²⁶⁾ e que permite compreender por que motivo certas componentes da proposta teórica e política de Keynes não tiveram grande sequência, porque a não poderiam ter tido, enquanto outras, assimiladas pela ortodoxia, acabaram por conhecer aplicação quase integral.

Reconheça-se, entretanto, que a questão é talvez um pouco mais complexa, obrigando a relativizar algumas das considerações anteriores, demasiado afirmativas, quando não mesmo exageradas.

A primeira crise da teoria económica, o keynesianismo, constituiu também expressão de uma nova correlação de forças, imposta tanto pelo esgotamento de um modelo de acumulação, com a consequente generalização e agudização dos conflitos sociais, como pela situação política mundial vivida na época. No dizer de Suzanne de Brunhoff⁽²⁷⁾, «a mutação [prática, política, como teórica] produziu-se a quente» e se é evidente que realidades como a política monetária e a política orçamental poderão não contrariar grandemente a ordem social existente (o que não implica que não contrariem alguns dos seus ex-dogmas, pilares da ideologia ex-dominante, como o padrão-ouro, o equilíbrio orçamental e mesmo a integral confiança no livre jogo das forças económicas), não será menos evidente que a referida mudança na correlação de forças, «a quente», pode estar na base de modificações mais profundas que, embora limitadas pela medida maior em que chocam com os pilares dessa mesma ordem social, nem por isso teriam sido menos efectivas: a constituição de sectores públicos na economia, o reconhecimento do direito à greve e da contratação colectiva como forma de fixação do salário nominal, a contenção dos despedimentos, as formas modernas de segurança social redistributiva, a tributação progressiva do rendimento, os elevados impostos sucessórios, etc.

⁽²⁶⁾ Poulantzas, 1976, p. 31.

⁽²⁷⁾ 1976, p. 52.

O controle social do investimento e a redistribuição da riqueza e do rendimento não foram, em rigor, esquecidos. Foram dialeticamente aplicados, tanto quanto o permitiu a sua inscrição no próprio coração da relação de classes, de forma continuamente modificada pelas mutações operadas no plano de tal relação, em termos manifestamente menos mecânicos que aqueles em que o foram aquelas outras componentes da teoria e política económica keynesianas mais exteriores e por isso mesmo mais facilmente apropriáveis pela ortodoxia.

8 — A questão do conteúdo do emprego

De acordo com Joan Robinson, «A segunda crise é bastante diferente... Surge de uma teoria que não pode explicar o conteúdo do emprego» (p. 8).

Embora «Keynes não *pretendesse* ver ninguém a cavar buracos e a enchê-los de novo» (p. 8), a verdade é que, na exposição da teoria do multiplicador, chave da sua análise, «teve de demonstrar que um acréscimo do investimento aumentará o consumo — que mais salários serão despendidos em mais cerveja e mais botas, quer o investimento seja útil ou não. Teve de demonstrar que o segundo acréscimo do rendimento real é praticamente independente do conteúdo do acréscimo originário de despesa. Paguem a quem abra buracos no terreno e os encha de novo, se não forem capazes de fazer mais nada» (p. 8).

Não admirará, portanto, que «quando Keynes se tornou ortodoxo se tivessem esquecido de alterar os termos da questão e de discutir o conteúdo do emprego» (p. 11); como não será de admirar que o complexo militar-industrial tenha acabado por constituir o resultado final de tanta indiferença: «o sonho lindo de Keynes transformou-se num pesadelo de terror» (p. 9).

Encontramo-nos de facto perante a questão em que Keynes terá avançado menos. Não porque o problema do conteúdo do emprego lhe fosse indiferente, mas porque acreditava que os mecanismos instituídos o resolveriam satisfatoriamente. O texto seguinte, da *Teoria Geral* ⁽²⁸⁾, bastante longo, justifica a transcrição integral pela exemplaridade de que se reveste a este respeito:

A nossa crítica da teoria clássica aceite pela economia política consistiu menos em evidenciar erros lógicos na sua análise do que em pôr em evidência o facto de as hipóteses nela implícitas se não verificarem nunca ou quase nunca, assim a tornando incapaz de resolver os problemas económicos do mundo concreto. Mas logo que os controles centrais tiverem conseguido estabele-

(28) 1975, pp. 371-372.

cer um volume global de produção tanto quanto possível correspondente ao pleno emprego, a teoria clássica retomará todos os seus direitos. Se o volume de produção for tomado como dado, isto é, se o supusermos determinado por forças exteriores à concepção da economia clássica, não há nada a objectar à análise desta escola no que respeita ao modo como o interesse individual determina a escolha das riquezas produzidas, as proporções em que os factores de produção se combinam para as produzir e a repartição entre estes factores do valor da produção obtida. Do mesmo modo, se tivermos resolvido identicamente o problema do aforro, nada haverá a objectar à teoria clássica moderna no que se refere ao grau de coincidência do interesse geral e do interesse particular, tanto em regime de concorrência perfeita como em regime de concorrência imperfeita. Para além da necessidade de um controle central susceptível de manter em equilíbrio a propensão ao consumo e o incentivo a investir, não existe nenhuma razão adicional para socializar a vida económica.

Para colocar a questão num plano concreto, não vemos por que motivo o sistema actual deva fazer um uso muito insatisfatório dos factores de produção empregues. São, sem dúvida, cometidos erros de previsão, mas não vemos como evitá-los, centralizando as decisões. Só porque em dez milhões de homens desejosos e capazes de trabalhar há apenas nove milhões de empregados, não é evidente que o trabalho destes nove milhões de indivíduos esteja mal orientado. A censura que é necessário fazer ao sistema actual não é a de incapacidade para afectar às tarefas apropriadas os nove milhões de homens empregados mas a de não ter trabalho para o último milhão. É o volume e não a consistência do emprego que o sistema actual se mostra incapaz de determinar correctamente.

Keynes define neste excerto, por inteiro, a sua posição perante a teoria clássica, concretizando, de forma em nosso entender inequívoca (e recuada), as formulações com que iniciara a *Teoria Geral*. Para quem tinha começado por afirmar ⁽²⁹⁾ que «os postulados da teoria clássica não se aplicam senão a um caso especial e não ao caso geral», caso especial, o do pleno emprego, que a realidade nem sequer tenderia a verificar, e que «os seus ensinamentos não poderiam, portanto, ser senão enganosos e nefastos, se pretendêssemos aplicar as respectivas conclusões aos factos que conhecemos», não deixa, na verdade, de ser relativamente inesperada e paradoxal a conclusão de que, atingido o pleno emprego, nada haveria a ob-

⁽²⁹⁾ 1975, p. 29.

jectar à análise daquela teoria no que respeita à resolução de questão tão importantes como «o que produzir», «como produzir» e «para quem produzir» (as três questões económicas básicas, segundo alguns).

Resultam agora claras as razões pelas quais o keynesianismo:

Nada tem a dizer em matéria de conteúdo do emprego, com as consequências conhecidas;

Pouco tem a dizer em matéria de distribuição do rendimento, embora aqui as coisas se apresentem em termos algo diferentes: nada tendo a objectar à análise da escola clássica «no que respeita ao modo como o interesse individual determina [...] a repartição entre os factores do valor da produção obtida» (aparentemente em contradição com as preocupações reveladas atrás em matéria de distribuição do rendimento), Keynes dispor-se-ia, por considerações de ordem política e com as limitações já afirmadas, a promover uma redistribuição susceptível de aumentar a propensão ao consumo e a procura efectiva. Fora de questão no plano teórico, a distribuição do rendimento acaba por se transformar, como pudemos verificar, em mais um instrumento a manipular na prossecução do objectivo último de toda a política económica keynesiana, o nível de emprego.

9 — Em síntese: o que a primeira crise definitivamente não resolveu

Não podemos ter, portanto, a menor hesitação em concordar com Joan Robinson quando faz das questões porventura mais qualitativas do conteúdo do emprego e da distribuição do rendimento as duas questões básicas a que a teoria económica não deu ainda qualquer resposta.

a) A questão do complexo militar-industrial encontra-se completamente por resolver, como se encontra a da degradação dos recursos naturais e do ambiente [Joan Robinson fala do «manifesto problema da poluição» (p. 10): «A distinção levada a cabo por Pigou entre custos privados e custos sociais foi por ele apresentada como uma excepção à regra benevolente do *laisser-faire*. Basta pensarmos um momento para verificarmos que a excepção é a regra e a regra a excepção. Em que indústria, em que ramo de negócio, são contabilizados os custos sociais efectivos da respectiva actividade? Qual o sistema de preços que oferece ao consumidor uma escolha leal entre ar para respirar e automóveis?» (P. 10).]

b) E os avanços conseguidos no plano da distribuição da riqueza e do rendimento encontram-se ainda longe de poderem considerar-se satisfatórios: «Os economistas costumavam saber (mas esqueceram-no, evidentemente) que o padrão de vida decente aceitável em qualquer sociedade se encontra algures em torno da média que essa sociedade pode proporcionar. Constitui uma lei da natureza que muito mais de metade da população

(os rendimentos mais baixos são mais numerosos) vive permanentemente abaixo do padrão aceitável, qualquer que seja o nível absoluto do seu consumo.

Mas este não é o único aspecto. Não é só a pobreza subjectiva que não pode ser nunca ultrapassada pelo crescimento; este também aumenta a pobreza absoluta. O crescimento requer progresso técnico e o progresso técnico altera a composição da força de trabalho, criando mais postos de trabalho para os trabalhadores qualificados e menos para os não qualificados, mas as oportunidades de aquisição de qualificações encontram-se reservadas (com algumas excepções, para talentos excepcionais) para aquelas famílias que já dispõem de tais qualificações. À medida que o crescimento progride, cada vez mais famílias são lançadas no fundo da escala. A miséria absoluta cresce com riqueza. O velho *slogan*, 'a pobreza no meio da abundância' toma um novo significado.» (Pp. 9-10.)

Torna-se-nos difícil subscrever por inteiro este último conjunto de opiniões de Joan Robinson, porventura demasiado «de combate», mesmo quando transposto para o plano mundial, onde assume, sem margem para dúvidas, outro grau de adequação ao real. Que isso nos não impeça, porém, de reconhecer a importância vital de que se revestem as duas questões enunciadas, que a primeira crise se mostrou incapaz de resolver e se encontram no centro da crise actual.

Permitimo-nos apenas duvidar de que a crise teórica contemporânea seja sentida numa extensão tão vasta como a que poderia deduzir-se de algumas observações de Joan Robinson: «[...] a excentricidade e a crítica florescem porque os economistas ortodoxos desprezam os problemas que todas as outras pessoas sentem urgentes e ameaçadores» (p. 11). Serão mesmo «todas as outras pessoas»? Não estará Joan Robinson a subestimar o papel de «legitimação da relação de forças existente na sociedade, do *statu quo*» em que, no dizer de Attali e Guillaume ⁽³⁰⁾, a economia ortodoxa se constitui? Não é, aliás, a própria Joan Robinson; agora a propósito da teoria ortodoxa da distribuição, quem chama a atenção para o seu carácter «muito confortável» (p. 12)?

Não ignoramos o carácter «urgente» e «ameaçador» das questões que a primeira crise não resolveu. Bastará, entretanto, assistirmos a uma qualquer conferência Norte-Sul ou sobre a nova ordem internacional, para já não falarmos nas infundáveis discussões políticas internas, dentro de cada país, para, uma vez mais, não poderem restar grandes dúvidas sobre quais os centros impulsionadores da mudança. Como afirmava Joseph Ki-Zerbo, na mesa-redonda sobre a nova ordem internacional recém-realizada em Lisboa: «A nova ordem, enfim, não será dada [...] A nova ordem será uma conquista ou não será.» ⁽³¹⁾

⁽³⁰⁾ 1974, p. 12.

⁽³¹⁾ *Praxis*, n.º 8, p. 55.

É por todas estas razões que pensamos, uma vez mais, que Joan Robinson talvez exagere por excesso de confiança quando insiste, a terminar a sua comunicação: «Falo da bancarrota evidente da teoria económica que, pela segunda vez, nada tem a dizer sobre as questões que, para toda a gente excepto os economistas, são as que mais necessitam de uma resposta.» (P. 13.) Seria bem mais simples o problema se residisse apenas nos economistas... Mas não reside. Nem de outro modo se poderia compreender uma outra sua afirmação, agora bem mais ácida, ainda a propósito da incapacidade da teoria económica ortodoxa: «Estes problemas colocam-se em economias que se orgulham da sua riqueza. Talvez possam conceder-se o luxo de uma profissão de economistas que constroem intrincadas teorias no ar, sem qualquer contacto com a realidade. Mas este luxo é demasiado caro para o chamado mundo em desenvolvimento para onde as doutrinas do *laissez-faire* e do livre jogo das forças de mercado são exportadas, juntamente com armamento, tendo em vista impedi-las de procurarem qualquer saída para a sua situação, infinitamente mais gravosa.» (P. 10.)

Não falta, de facto, quem queira ignorar a crise da teoria. Já, aliás, a primeira havia dado lugar a uma resolução que contou com «um forte apoio popular e uma viva resistência patronal», apesar de «imposta como tal ao capital por um governo preocupado com os interesses gerais do capitalismo» [...] ⁽³²⁾

10 — O nível de emprego: questão definitivamente resolvida ou novamente também da segunda crise?

Mas encontrar-se-á a questão do nível de emprego definitivamente resolvida?

Não discordamos da afirmação de Joan Robinson de que «capitalismo com quase pleno emprego constituía um espectáculo impressionante» (p. 9), como não ignoramos que foi esta a situação tendencialmente vivida no pós-guerra, até finais dos anos sessenta (falamos, evidentemente, do chamado capitalismo central). Mas poderá imputar-se tal «espectáculo» à primeira crise da teoria económica e consequente superação?

Não terão ocorrido antes períodos semelhantes, senão no que se refere ao domínio do emprego, pelo menos no que respeita ao ritmo de crescimento?

Será que o capitalismo do pós-guerra se distingue do capitalismo anterior precisamente por ter resolvido em definitivo o problema do nível de emprego?

⁽³²⁾ Brunhoff, 1976, p. 53.

Teses recentes⁽³³⁾, não deixando de reconhecer o sucesso alcançado, tanto em matéria de emprego como de nível de vida, propõem-nos, entretanto, uma abordagem e um tipo de explicação bastante diferentes.

«A evolução da taxa de mais-valia», sustenta Aglietta⁽³⁴⁾, «constitui o verdadeiro pivô da acumulação capitalista». Ora, seria precisamente o aumento da mais-valia relativa que permitiria compreender, em última instância, a resolução que acabou por ser dada à «questão do emprego em relação com a do poder de compra dos trabalhadores», no dizer de Suzanne de Brunhoff⁽³⁵⁾, «a questão central em torno da qual todas as outras gavitaram»: foram precisamente o emprego e o poder de compra dos trabalhadores que, permitindo a «generalização do reino da mercadoria»⁽³⁶⁾ às próprias condições de reprodução da força de trabalho, e o consequente alargamento ao sector produtor de bens de consumo das técnicas produtivas mais avançadas (fordismo, designadamente), acabaram por determinar o abaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e o aumento da mais-valia relativa.

O quase pleno emprego e o aumento do nível de vida das massas populares assalariadas, mais que o resultado de propostas teóricas e de conquistas políticas, que o foram também, indubitavelmente, terão constituído, afinal, sobretudo, uma existência infra-estrutural, consequência e condição do modelo de acumulação que acabamos de viver, de consumo de massa.

E é precisamente o esgotamento deste modelo, a partir de 1969 e, de forma mais intensa, de 1974, num processo cujas causas de fundo operariam já pelo menos desde 1966 (travagem do crescimento da mais-valia relativa por contradições sociais e tecnológicas interiores ao próprio processo de produção e progressivamente desenvolvidas), que permite compreender como foi possível que a crise tivesse voltado a instalar-se, o emprego a conhecer retrocesso e o salário real e o nível de vida a constituírem objecto de novas pressões à baixa.

A tese de Joan Robinson de que o centro da crise teria residido, da primeira vez, no volume de emprego, e, desta segunda, no conteúdo do emprego, terá, portanto, de ser encarada com o maior cuidado. Não só o problema do volume de emprego está longe de resolvido (não será aqui por acaso que o texto de Joan Robinson data de 1971, época em que a questão ainda não conhecia a extensão que tem hoje), como é evidente que a primeira crise teve também implicações sérias no próprio conteúdo do emprego: a sociedade de consumo, privado e público, como o complexo militar-industrial, aí estão para o comprovarem.

(33) Veja-se, sobretudo, Aglietta, 1976.

(34) 1976, p. 67.

(35) 1976, p. 53.

(36) Aglietta, 1976, p. 75.

Em síntese, e isto parece-nos da maior importância, não terá sido a primeira crise teórica que resolveu, ainda que temporariamente, o problema do emprego.

11 — O grande mérito de Keynes

Reconheça-se, entretanto, em Keynes o mérito (e a lucidez) de, no campo da ortodoxia, de que, feitas bem as contas, nunca se afastou, pelo menos nalgumas questões fundamentais, ter sabido corresponder às modificações que o modo de produção ia conhecendo, ajustando-se-lhes teoricamente.

O capitalismo anterior a 1929 também conheceu períodos de expansão e aumento do emprego. Como conheceu crises, de sobreprodução e desemprego maciço, de que saiu aumentando o emprego, sem que para tal tivesse havido necessidade de recorrer às propostas keynesianas.

Em plena crise de 1929, «a reacção ortodoxa fundamental à depressão assentava na tese de que os salários eram demasiado altos» (p. 2), atitude desde logo perfeitamente justificada pelo facto de, em todas as crises anteriores, a redução do emprego e do salário, juntamente com a destruição do capital, terem constituído os factores fundamentais de saída da crise e, portanto, de recuperação do emprego.

É a esta solução que Keynes denodadamente se opõe: «É falso que uma política de salários flexível constitua um atributo lógico e específico de um sistema assente, no seu conjunto, no princípio do *laissez-faire*. Uma tal política não poderia ser bem sucedida a não ser numa sociedade submetida a uma autoridade forte, susceptível de impor reduções salariais bruscas, profundas e gerais. Poderíamos conceber a respectiva aplicação na Itália, na Alemanha ou na Rússia, mas não na França, nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha.» ⁽³⁷⁾

De acordo com Dudley Dillard ⁽³⁸⁾, «o que com mais vigor objectava Keynes à argumentação clássica é a ideia de que o desemprego desaparece desde que os operários aceitem níveis de salários suficientemente baixos ... Há dois aspectos na objecção de Keynes ao ponto de vista de Pigou de que os salários de tipo flexível diminuem o desemprego. Ao primeiro pode chamar-se aspecto prático, ao segundo, teórico».

Não nos debruçaremos aqui detalhadamente sobre o aspecto teórico. Keynes argumentava que o volume de emprego não era determinado pelo salário real mas pela dimensão da procura efectiva, de que aquele salário real constitui precisamente uma das determinantes (componente mesmo, quando encarado como consumo). Verdade tão óbvia como o seu contrário: a redução dos salários pode ser ainda o melhor processo de aumentar a

⁽³⁷⁾ 1975, pp. 272-273.

⁽³⁸⁾ 1964, p. 24.

procura efectiva, num regime de acumulação extensiva, fundamentalmente assente na expansão do chamado sector I (produção de meios de produção). A teoria clássica de saída da crise pela baixa salarial não é teoricamente objectável: ela corresponde, mostra-se adequada, a um determinado regime de acumulação. Como também não é objectável a teoria de Keynes, precisamente a inversa: não porque a sustentação do salário e do emprego constitua, de uma vez por todas, a melhor garantia de uma procura efectiva suficiente, mas porque se trata da condição indispensável ao regime de acumulação intensiva que os acontecimentos prenunciavam e que Keynes intuiu (de forma por certo escandalosa, em manifesta oposição aos «falcões» ortodoxos que clamavam contra o excesso salarial, Roosevelt afirmava, numa mensagem ao Congresso, em 1934: «Vejo milhões de pessoas que não têm meios para comprar os produtos da quinta e da fábrica e que, pela sua pobreza, privam milhões de outras de um trabalho produtivo.»)⁽³⁹⁾

Na opinião de Aglietta⁽⁴⁰⁾, o processo que acabou por conduzir à exigência de maiores salários reais e à consequente intensificação da mais-valia relativa ter-se-ia iniciado já alguns anos antes, em 1919: «Os anos de 1920 e seguintes foram os do alargamento da subsecção produtora de mercadorias absorvidas pelos rendimentos tirados da mais-valia. Este alargamento constituiu obra do automóvel, dos bens de equipamento doméstico de natureza electromecânica, dos primeiros bens duradouros produzidos pelas indústrias electrónicas nascentes. O potencial de desenvolvimento destes ramos era enorme, mas, desde 1926, havia sinais ameaçadores que mostravam que este desenvolvimento era contrariado pelos limites do mercado alimentado pela procura social desta subsecção. A produção de bens duradouros estagnou. Os mercados da classe operária não estavam ainda abertos a esses bens, nas condições sociais de produção da época.»

Vemos assim como, pelo menos a partir de 1926, já seria relativamente perceptível que o principal bloqueio à expansão advinha da falta de poder de compra do operariado. E aqui reside, em nosso entender, a primeira grande vantagem de Keynes relativamente à ortodoxia: ter compreendido que, pela primeira vez, a saída da crise não passava por uma redução do emprego e do consumo (o que, como sabemos, não logrou ser aplicado senão em pleno desenvolvimento da própria crise, depois de esta ter assumido as proporções conhecidas). Não se trata, como tivemos oportunidade de sustentar, de ser teoricamente superior ou inferior à ortodoxia, mas de estar, de facto, teoricamente mais em correspondência com as exigências objectivas do modo de acumulação em instalação.

Há, no entanto, uma segunda razão para a objecção de Keynes «à argumentação clássica [...] de que o desemprego desaparece desde que os

⁽³⁹⁾ Brunhoff, 1976, p. 53.

⁽⁴⁰⁾ 1976, p. 67.

operários aceitem níveis de salários suficientemente baixos», que nos permitiria confirmar em definitivo, caso ainda pudessem restar quaisquer dúvidas, a sua atenção pela «natureza da vida vivida no tempo» (p. 4).

Não são só, de facto (nem sobretudo, como julgamos ter demonstrado), razões «teóricas» que desaconselham a redução dos salários, mas também considerações de ordem «prática». Como o refere Dudley Dillard ⁽⁴¹⁾, «num sentido prático, os sindicatos trabalhistas são uma parte integrante da moderna economia democrática e a legislação de protecção social, tal como a que estabelece salário mínimo e seguro de desemprego são instituições que têm probabilidades de permanecer. Por conseguinte, é má política, ainda que fosse plausível do ponto de vista puramente económico, levantar objecções aos sindicatos de operários e à legislação trabalhista liberal. A solução de Pigou de níveis de salários mais baixos somente poderia ser levada a cabo em um mercado de trabalho de livre competição ou em uma economia plenamente autoritária»; «A menor objecção que se pode fazer à teoria do desemprego de Pigou é a sua impropriedade para a política, em condições tais como as que vieram a existir no mundo real das últimas décadas e que provavelmente subsistirão no futuro previsível.»

Não vemos como se possa ser mais claro: «[...] ainda que fosse plausível do ponto de vista puramente económico» (e deixou de sê-lo, como vimos, independentemente do grau de consciência que o próprio Keynes pudesse ter tido das respectivas razões de fundo), seria «má política» baixar os salários, constituindo os sindicatos «trabalhistas», como constituem, «uma parte integrante da moderna economia democrática».

12 — A intervenção económica do Estado; a questão da regulação

Abordaremos, finalmente, a questão da intervenção económica do Estado.

Aglietta ⁽⁴²⁾ coloca-a em termos claros: «A transformação das condições de existência da classe operária constituía o centro da crise. Ela exigia modificações profundas na formação dos salários e na organização do trabalho. Estas modificações seguiram dois processos fundamentais: o *desenvolvimento das relações contratuais* entre direcções capitalistas e organizações operárias, por um lado, e a *socialização de uma parte das despesas de reprodução da força de trabalho* como condição necessária à expansão do reino da mercadoria, por outro. A modificação das relações sociais decorrente destes processos exigia um grande aumento e uma diversificação das intervenções económicas do Estado.»

⁽⁴¹⁾ 1964, p. 24.

⁽⁴²⁾ 1976, p. 75.

O capitalismo saído da crise de 1929 apresenta-se-nos, portanto, como capitalismo de Estado. Os mecanismos que o regulam são hoje menos «liberais», menos «mercantis», e integram na sua maior parte, a título constitutivo, uma intervenção estatal. Nos termos de Suzanne de Brunhoff ⁽⁴³⁾, referindo-se ainda à crise de 1929, «A recolocação em marcha do circuito capitalista implicava então alterações que de nenhum modo a classe capitalista seria capaz de impulsionar directamente por si própria»; a circulação do capital «necessitava de novos compromissos de classe que os capitalistas não poderiam realizar directamente», tendo acabado naturalmente por dar lugar à criação de «uma zona de negociações de classe que incluem o Estado como 'parceiro social'».

A intervenção económica do Estado constituiu uma necessidade objectiva, a que Keynes soube, uma vez mais, corresponder, transformando-se no respectivo teórico (e ideólogo). Entre a «ortodoxia» e a «revolução» (as palavras são suas), teve de justificar-se perante os que o acusavam de «infracção aos princípios do individualismo»; sem complexos, não hesitou em distanciar-se dos seus adversários conservadores, «os representantes do partido de não fazer nada, conduzidos por homens 'incapazes de distinguir as novas medidas para salvaguardar o capitalismo do que eles chamam bolchevismo'» ⁽⁴⁴⁾.

A intervenção económica do Estado, agente potenciador de despesa e parceiro social numa gestão «a três», como o aumento do nível de vida e a promoção do nível de emprego, constituem componentes objectivas de uma nova regulação de um velho modo de produção (velho, no que tem de permanência das classes fundamentais, pelo menos tal como são definidas aos mais altos níveis de abstracção: proprietários privados de meios de produção, produzindo para vender no mercado com lucro, e trabalhadores assalariados; novo, entretanto, no que se refere às modificações ocorridas na linha de fronteira entre aquelas duas classes e no modo como, sobre essa linha, se relacionam — quase tudo o mais vem por acréscimo).

Só o facto de nos encontrarmos perante um novo modelo de acumulação (social, na relação dialéctica que este estabelece com o grau de desenvolvimento das forças produtivas) e de uma nova regulação, de que as medidas políticas propostas por Keynes puderam fazer parte integrante objectiva, é que permitiu que estas de algum modo se impusessem, assim ultrapassando, como os próprios factos acabaram por comprovar, o mero voluntarismo político. E é a crise desse modelo de acumulação e da correspondente regulação que hoje põe em causa, um pouco por todo o lado, por maior que seja a vontade política em sentido contrário, as formas de intervenção preconizadas por Keynes e pelos keynesianos, em geral.

⁽⁴³⁾ 1976, p. 53.

⁽⁴⁴⁾ Citado por Dillard, 1964, p. 290.

É a própria Joan Robinson quem nos dá os indícios mais claros de que efectivamente assim é.

Em 1962 ⁽⁴⁵⁾, referindo-se concretamente ao caso dos Estados Unidos, afirmava: «A nação capitalista dominante parece estar a deslocar-se gradualmente para a situação de uma economia subdesenvolvida. O aspecto característico do subdesenvolvimento económico é o de o sistema ser incapaz de fornecer emprego a todos os trabalhadores disponíveis, não em virtude de uma queda temporária da procura mas por falta de aumento bastante no stock de meios de produção destinados a empregá-los. Esta é a situação em que hoje se encontram os Estados Unidos.» O conceito de subdesenvolvimento poderá ser profundamente discutível, mas não deixa de impressionar a intuição premonitória da crise, a consciência de que nem o problema do emprego se encontraria definitivamente resolvido.

Quinze anos mais tarde, em 1977 ⁽⁴⁶⁾, a desilusão é absoluta: «As esperanças que acompanharam a revolução keynesiana, de uma reforma do capitalismo susceptível de assegurar uma prosperidade contínua com pleno emprego, estão hoje completamente extintas. O deslizar do mundo capitalista para a crise reestabeleceu a ortodoxia pré-keynesiana enquanto prática convencional no domínio da política económica, tanto no plano interno como no plano internacional. A consequência inevitável de tudo isto é um nível geral de desemprego muito maior e crises profundas, envolvendo um desperdício maciço de recursos e uma considerável miséria humana.»

Temos, de novo, a crise da teoria e a crise da política, acompanhando as crises da regulação e do modelo de acumulação.

O «reestabelecimento da ortodoxia pré-keynesiana» não constitui obra do acaso nem significa sequer que a mesma corresponde melhor às necessidades decorrentes da «natureza da vida vivida neste nosso tempo»: ela é apenas o passado remoto que uns tantos (saudosistas do liberalismo, essa relação de forças) tentam impor, ante a frustração colectiva criada pelo termo da correspondência entre o passado recente e as necessidades do presente, enquanto se não descortinar nem impuser o futuro próximo. E é tão grande a consciência de que se nos exige futuro e não o passado remoto que os que se pronunciam hoje pela «defesa da estabilidade monetária e do livre jogo das forças de mercado», e pela «travagem do crescimento do Governo, um pouco por toda a Europa», precisamente esses, os que mais reivindicam um retrocesso objectivo, têm necessidade de se apresentar como «os novos economistas», por mais que, por outro lado, os apelidem de «monetaristas» e «hayekianos» ⁽⁴⁷⁾ . . .

Porto, Julho de 1980.

⁽⁴⁵⁾ «Latter Day Capitalism», artigo publicado em *New Left Review*, Londres, Julho-Agosto de 1962, 1978, p. 233.

⁽⁴⁶⁾ «What has Become of Employment Policy?», artigo publicado em *Cambridge Journal of Economics*, 1977, 1978, pp. 263-264.

⁽⁴⁷⁾ Veja-se, sobre este assunto, *The New Economists*.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel — *Régulation et Crises du Capitalisme — L'expérience des Etats-Unis*, Calmann-Lévy, Paris, 1976.
- AMIN, Samir — *A Caminho de Uma Nova Crise Estrutural do Sistema Capitalista*, Afrontamento, Porto, 1975.
- ATTALI, Jacques, e GUILLAUME, Marc — *L'Anti-Économique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1974.
- BRUNHOFF, Suzanne de — *Etat et Capital, Recherches sur la Politique Économique*, Presses Universitaires de Grenoble/François Maspero, Grenoble, 1976.
- DE BERNIS, Gerard Destanne — «Equilíbrio y regulación: una hipótesis alternativa y proposiciones de analisis», *Investigacion Económica*, n.º 144, volume XXXVII, Abril-Junho de 1978, pp. 13-80.
- DILLARD, Dudley — *A Teoria Económica de John Maynard Keynes — Teoria de Uma Economia Monetária* (1948), Livraria Editora Pioneira, São Paulo, 1964.
- FRIEDMAN, Milton — *A Program for Monetary Stability*, Fordham University Press, New York City, 1959.
- KEYNES, John Maynard — «Carta Aberta a Franklin Roosevelt» (31 de Dezembro de 1937), *Economea Lusitania*, n.º 1 da 2.ª série, Março de 1968, pp. 25-33.
- KEYNES, John Maynard — *Théorie Générale de l'Intérêt et de la Monnaie*, Payot, Paris, 1975.
- KI-ZERBO, Joseph — «Fundamentos Políticos, Sociais e Culturais da Nova Ordem Internacional» (comunicação apresentada em 24 de Outubro de 1979), *Praxis*, n.º 8, Dezembro de 1979, pp. 50-58.
- MARX, Karl — *O Capital*, Edições Delfos, Lisboa, 1974.
- MENCHIKOV, S. — *Le Cycle Économique — Phénomènes nouveaux dans le développement économique du capitalisme*, Éditions du Progrès, Moscovo, 1976.
- «The New Economists», *Newsweek*, 3 de Março de 1980, p. 36.
- POULANTZAS, Nicos — *A Crise do Estado* (1976), Moraes Editores, Lisboa, 1978.
- ROBINSON, Joan — «Contributions to Modern Economics» (colectânea de artigos), Basil Blackwell, Oxford, 1978.